

O foco na execução tornou visíveis, em simultâneo, fragilidades e capacidades

## PRR: quando Portugal passou a ser medido pelos resultados

Fernando Alfaiate

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) mudou uma regra simples: passou a contar menos o que se promete e mais o que se executa. Não é uma diferença meramente técnica, é uma mudança de paradigma e de cultura.

O PRR, com cerca de €22 mil milhões e um tempo de vida de cerca de cinco anos, rompeu com essa lógica. Pela primeira vez, o financiamento passou a estar ligado a marcos e metas, reformas com base regulatória e investimentos mensuráveis em tempo útil. Portugal é agora avaliado a dois níveis, pela capacidade de planear e pela capacidade de executar.

Mudança que provocou um efeito imediato na máquina do Estado. A verdade é que em diferentes níveis, a administração pública foi obrigada a centrar-se num caminho de eficiência, mas também de rapidez e eficácia. Reduziram-se, por isso, margens de inércia e aceleraram-se processos de decisão.

O foco na execução tornou visíveis, em simultâneo, fragilidades e capacidades. Entre as fragilidades, destacam-se constrangimentos administrativos persistentes, assimetrias entre entidades na capacidade administrativa e desafios de coordenação entre instituições. Mas também surgiram sinais claros de uma transformação positiva, como uma maior autonomia técnica em várias estruturas públicas, o reforço da cooperação entre sector público e privado e uma aprendizagem acelerada na gestão de projetos complexos sob pressão.

Um aspeto relevante do PRR é a sua natureza estrutural, pois parte muito significativa do montante que Portugal recebe da Europa associa-se à implementação de reformas, criando uma resiliência essencial para o país, que vai além deste ciclo de investimento. Não se trata apenas de executar projetos, mas de alterar a forma como o Estado, como o país, funciona.

O PRR é mais do que um programa financeiro. O Plano deve

ser visto como um teste coletivo à capacidade de execução do país. Introduziu mecanismos digitais de acompanhamento, reforçou a exigência de resultados e acelerou práticas de planeamento mais orientadas para impacto. Dada a sua natureza extraordinária e os prazos apertados, optou-se por um modelo de gestão centralizada na Estrutura de Missão Recuperar Portugal e execução descentralizada, promovendo, por um lado, uma mensagem clara, um único interlocutor com a Comissão Europeia e um planeamento e acompanhamento geral, por outro, uma maior descentralização da execução, com projetos relevantes a surgir fora dos principais centros urbanos, contribuindo para um equilíbrio territorial.

**A conclusão do PRR não pode significar o regresso à lógica anterior, mas sim a consolidação da capacidade adquirida**

As *headlines* fruto de opiniões diferentes são muitas, mas o PRR está a ser bem executado com um acompanhamento rigoroso da Recuperação Portugal que permite entregar resultados no tempo certo, sem perder um cêntimo e com os projetos a serem reconhecidos a nível local, nacional e europeu.

O grande desafio ainda está por vir! A conclusão do PRR não pode significar o regresso à lógica anterior, mas sim a consolidação da capacidade adquirida. A sustentabilidade do percurso dependerá menos de financiamento externo e mais de três fatores internos. Acredito que o futuro assenta na capacidade de planeamento de longo prazo, na eficiência da execução e na cultura de avaliação de resultados.

Estes três pilares fundamentais são também um legado do PRR. A questão que fica não é apenas o que Portugal recebeu, é o que Portugal executou e a mudança de paradigma, que espero se mantenha.

Presidente da Estrutura de Missão Recuperar Portugal